



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE Nº 0019660-15.2012.8.17.0000
(249767-2/01)

EMBARGANTE : FÁBIO MARTINS DE SOUZA
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
RELATOR : DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS
REVISOR : DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
COMARCA : CAPITAL – 2º VARA CRIMINAL DOS FEITOS
RELATIVOS A ENTORPECENTES
ORGÃO : SEÇÃO CRIMINAL
JULGADOR
PROCURADOR : RENATO DA SILVA FILHO

EMENTA. PENAL E PROCESSO PENAL. EMBARGOS INFRINGENTES. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. APLICAÇÃO DA MINORANTE PREVISTA NO ART. 33, §4º, DA LEI Nº 11.343/06. CABIMENTO. AGENTE PRIMÁRIO E DETENTOR DE BONS ANTECEDENTES. NÃO COMPROVAÇÃO DE QUE O AGENTE SE DEDICA À ATIVIDADE CRIMINOSA OU INTEGRA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PERTINÊNCIA DA REDUÇÃO DA PENA EM 1/6. EMBARGOS PROVIDOS. PENA REDIMENSIONADA DE 05 ANOS E 01 MÊS DE RECLUSÃO PARA 04 ANOS, 02 MESES E 25 DIAS DE RECLUSÃO. DECISÃO POR MAIORIA DE VOTOS.

I – Hipótese em que o agente preenche os requisitos para concessão da benesse, pois além de primário e detentor de bons antecedentes, não ficou comprovado que ele se dedica à atividade criminosa ou integra organização criminosa.

II – Os embargos infringentes possuem efeito devolutivo restrito aos limites da matéria divergente. Isto é, o parâmetro de discussão nos embargos infringentes deve se limitar a extensão do voto vencedor e vencido. Não é cabível colocar o réu em situação mais gravosa que a estabelecida pelo voto vencedor e, nem mesmo, beneficiar o agente além do previsto no voto vencido. Por essa razão, no caso concreto, a redução relativa à minorante prevista no

4



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

art. 33, §4º, da Lei 11.343/06 deve ser feita na fração de 1/6.

III – Embargos acolhidos por maioria de votos. Pena definitiva redimensionada de 05 anos e 01 mês de reclusão para 04 anos, 02 meses e 25 dias de reclusão.

ACÓRDÃO

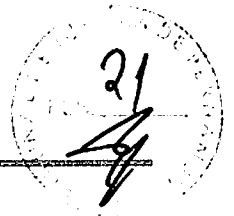
Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Embargos Infringentes e de Nulidade nº 0019660-15.2012.8.17.0000 (249767-2/01)**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Seção Criminal** deste Tribunal de Justiça, **por maioria de votos, em acolher os embargos**, nos termos do voto vista que integra este aresto.

Recife, 3 de abril de 2014.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator para Acórdão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Embargos Infringentes nº.: 0019660-15.2012.8.17.0000 (0249767-2/01)
Comarca: Recife
Vara: 2ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital
Embargante: Fábio Martins de Souza
Advogado: Gabriel Gonçalves Leite
Embargado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Órgão Julgador: Seção Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

RELATÓRIO

Cuida-se de embargos infringentes interposto por Fábio Martins de Souza em face de decisão não unânime proferida pela 2ª Câmara Criminal quando do julgamento da ACr. n. 0019660-15.2012.8.17.0000 (0249767-2/01), pretendendo resgatar o voto-vencido, emitido pelo revisor, Des. Antônio Carlos Alves da Silva, que provia parcialmente o apelo para diminuir a pena em 04 (quatro) anos e 02 (dois) meses de reclusão, por consequência da aplicabilidade do art. 33, §4º da Lei 11.343/06.

Participaram do julgamento os Desembargadores Mauro Alencar (Relator), Antônio Carlos Alves da Silva (Revisor) e Antônio Melo (Vogal).

Pretende o embargante que prevaleça o voto divergente. Em seu entender, a fundamentação descrita pelo voto do relator encontra-se equivocada ao afirmar que não concede a diminuição da pena do art. 33, §4º da Lei 11.343/06, haja vista o réu responder a um processo criminal de n. 0000506-40.2010.8.17.1080. Mas, afirma o embargante que neste processo citado o réu não é acusado do crime, e, sim, a vítima.

O Procurador de Justiça, Dr. Renato da Silva Filho, às fls. 17/19, ofereceu contrarrazões, pugnando pelo provimento dos Embargos Infringentes.

Está feito o relatório. À revisão.

Recife,

Des. Fausto Campos

Relator

22 de agosto de 2013
[Assinatura]



29

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Embargos Infringentes 0019660-15.2012.8.17.0000 (0249767-2/01)
nº.:
Comarca: Recife
Vara: 2ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital
Embargante: Fábio Martins de Souza
Advogado: Gabriel Gonçalves Leite
Embargado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Órgão Julgador: Seção Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

VOTO

O embargante, **Fábio Martins de Souza**, foi condenado à pena total de 05 (cinco) anos e 01 (um) mês de reclusão pelo MM. Juiz Gildenor Eudócio de Araújo Pires Júnior da 2ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital, nos autos da ação penal de nº 0019660-15.2012.8.17.0000.

Pleiteia-se nos presentes Embargos Infringentes a redução da reprimenda imposta na sentença em desfavor do Embargante, com a aplicação do § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, assim prolatado pelo voto Revisor da apelação, Des. Antônio Carlos da Silva, que dava provimento parcial ao recurso, aplicando a redução por 1/6 na terceira fase do procedimento trifásico da fixação da pena, totalizando ao final em 04 (quatro) anos e 02 (dois) meses de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato.

Em seu voto, o insigne Relator, Des. Mauro Alencar, votou no sentido de negar provimento ao recurso considerando pelo não cabimento da aplicabilidade do § 4º do art. 33 da Lei 11.343./06, tendo em vista o histórico criminal do réu, visto que ele figura num processo criminal na 2ª Vara da Comarca de Paudalho/PE, de n. 506-40.2010.

A meu ver, com a devida vênia, discordo do posicionamento do voto do relator. Explico.

É cediço que para a aplicação da diminuição da pena de 1/6 a 2/3 do art. 33, § 4º da Lei 11.343./06, o magistrado deve fazê-lo em atenção às regras dispostas na capitulação do artigo, quais sejam: o agente ser primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

Cumprе ressaltar que, ao analisar o processo criminal em que o relator cita ao ser desfavorável a aplicabilidade da diminuição da pena, existiu um equívoco, pois, ao pesquisar o judwin de 1º grau, pude constatar



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

que nos autos do processo de n. 506-40.2010, reportado pelo juiz sentenciante como óbice a minorante, o apelante figura como vítima e, não como acusado, de modo que deve ser afastado o impedimento erigido na sentença recorrida.

Portanto, após constatar o equívoco do Relator, é de rigor o resgate do voto vencido no que tange a incidência da minorante. Todavia, divirjo do voto proferido pelo Des. Antonio Carlos no que tange a escolha da fração mínima para a minoração da pena imposta.

A jurisprudência do STJ leciona que, estabelecida a pena base no mínimo legal cominada ao tipo, a fração da minorante do art. 33, § 4º da Lei 11.343/06, somente pode ser aplicada em fração inferior ao máximo legal de 2/3, mediante concreta fundamentação, que, no caso em comento, não foi declinada no voto que ora se resgata, que se limitou a eleger a fração mínima de 1/6 sem expor as razões de seu convencimento.

Todavia, entendo também não ser cabível a aplicação da fração máxima em razão da natureza e quantidade da droga apreendida, *crack*, entorpecente de elevadíssimo potencial viciante de nefastas consequências, tanto para o corpo humano, quanto para o selo social, razão pela qual, opto por uma terceira via, conforme entendimento do STJ abaixo colacionado, e minoro a pena aplicada em 1/2 (metade), **tornando-a definitiva em 02 (dois) anos, 06 (seis) meses e 15 (quinze) dias de reclusão.** Assim entende o Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO ART. 33, § 4º, DA LEI Nº 11.343/06. FIXAÇÃO DO COEFICIENTE EM 1/2 (UM MEIO). PRETENSÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE 1/6 (UM SEXTO). REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 7 DESTA CORTE. 1. Segundo o § 4º do art. 33 da Lei n.º 11.343/06, nos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes, as penas poderão ser reduzidas de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços), desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique a atividades criminosas, nem integre organização criminosa. 2. É certo que o Magistrado pode, fundamentadamente, estabelecer o quantum da redução dentre os patamares previstos na lei, eis que o art. 42 da Lei n.º 11.343/06 impõe ao Juiz considerar, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da droga, tanto na fixação da pena-base quanto na aplicação da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da nova Lei de Drogas. 3. Na hipótese dos autos, deve ser mantida a



30

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

fração determinada no acórdão recorrido, mormente em face da motivação empregada na individualização da sanção penal. 4. Considerando a primariedade, as circunstâncias judiciais tidas por favoráveis e também à quantidade e a natureza do entorpecente encontrado em poder da agravada (108,09g de maconha), as instâncias ordinárias entenderam ser viável a aplicação da minorante no patamar de 1/2 (um meio). 5. Assim, para alterar o referido percentual esta Corte de Justiça teria de reexaminar os critérios utilizados na fixação do quantum da minorante, providência que demandaria acurada análise do conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo porque dizem respeito ao âmbito de discricionariedade do magistrado. 6. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg AG1.425.247/RS, Rel. Ministro Og Fernandes, Sexta Turma, DJe 21/03/2013).

Diante de todo o exposto, voto pelo provimento dos Embargos Infringentes para resgatar o voto vencido e aplicar a redução prevista no §4º do artigo 33 da Lei 11343/06, porém, decotando metade da pena, tornando-a concreta e definitiva em 2 (dois) anos, 6 (seis) meses e 15 (quinze) dias de reclusão.

Verificando que a prisão em flagrante do embargante foi no dia 23/06/2010, constato que ele se encontra preso há mais tempo do que a pena ora estabelecida, portanto, tendo cumprido integralmente sua reprimenda. Sendo assim, extingo a punibilidade do ora embargante por seu integral cumprimento e, por consequência, determino a expedição de alvará de soltura vinculado ao processo de n. 0019660-15.2012.8.17.0000 **em favor de Fábio Martins de Souza.**

É como voto.

Recife, 28 de Novembro de 2013

Des. Fausto Campos
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO

EMBARGOS INFRINGENTES: Nº 0249767-2/01
COMARCA: RECIFE
VARA: SEGUNDA CRIMINAL DOS FEITOS
RELATIVOS A ENTORPECENTES
EMBARGANTE: FÁBIO MARTINS DE SOUZA
DEFENSOR PÚBLICO: GABRIEL GONÇALVES LEITE
EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO
RELATOR: DES. FAUSTO CAMPOS
REVISOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA
VIRGÍNIO
PROCURADOR: RENATO DA SILVA FILHO

VOTO REVISOR

Como relatado, **Fábio Martins de Souza** interpôs estes embargos infringentes, diante de decisão não unânime, ao **acórdão** proferido pela Segunda Câmara Criminal, que lhe negou, em sede de apelação, a aplicação da causa de diminuição da pena prevista no § 4º, do art. 33, da Lei nº 11.343/06.

Da análise da sentença e do voto vencedor, verifico que lhe foi negada a benesse requerida por considerarem os julgamentos anteriores que o Embargante responde ao processo nº 506-40.2010. Todavia, nesse processo, o Requerente figura como vítima, segundo se depreende da consulta ao sítio deste Tribunal de Justiça.

Em assim sendo, deve ser afastada a circunstância que impossibilitava lhe fosse aplicada a causa de diminuição em análise, restaurando-se o voto revisor, que fora vencido.

Isso posto, concordando com o Desembargador Relator destes Embargos, entendo que, diante da quantidade e natureza da droga,

a diminuição a ser aplicada à sanção, deve ser de 1/2, tornando-se a pena em definitivo em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses.

Por outro lado, entendo que reconhecer a prescrição neste momento é prematuro.

Reconhecer a prescrição, neste momento, seria, *data venia*, decidir *contra-legem*, em relação ao preceito do art. 110 do Código Penal. Entendimento do Supremo Tribunal Federal, nessa matéria: **"Para que se dê a prescrição retroativa da pretensão punitiva pela pena concretamente imposta, é preciso, como decorre do § 1º do art. 110 do Código Penal, que tenha havido o trânsito em julgado para a acusação ou que tenha sido improvido seu recurso. Ora, quando do julgamento originário da ação penal evidentemente nenhuma dessas duas hipóteses poderia verificar-se, para que, nele, se declarasse a ocorrência dessa modalidade de prescrição"** (JSTF 184/259).

Atente-se, ainda, à Súmula 146 do Supremo Tribunal Federal, que diz: **"A prescrição da ação penal regula-se pela pena concretizada na sentença, quando não há recurso da acusação"**. Portanto, enquanto não decorrido o prazo ou desprovido o recurso da acusação não poderá ser reconhecida a prescrição.

Com esses fundamentos, acompanho o Eminentíssimo Relator e **voto** dando provimento aos Embargos Infringentes, a fim de que se restaure o voto do Ilustre Desembargador Revisor Antônio Carlos Alves da Silva, prolatado na Apelação Nº 0249767-2, no sentido de ser-lhe aplicada a benesse de diminuição do § 4º do art. 33, da Lei

11.343/06, determinando a pena em definitivo de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusão, sem, no entanto, declarar a prescrição.

Recife, 28.11.2013


Des. Claudio Jean Nogueira Virginio
Relator





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE Nº 0019660-15.2012.8.17.0000 (249767-2/01)

EMBARGANTE : FÁBIO MARTINS DE SOUZA
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR : DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS
REVISOR : DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
COMARCA : CAPITAL - 2ª VARA CRIMINAL DOS FEITOS RELATIVOS A ENTORPECENTES
ORGÃO : SEÇÃO CRIMINAL
JULGADOR
PROCURADOR : RENATO DA SILVA FILHO

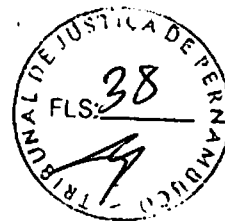
VOTO - VISTA

FÁBIO MARTINS DE SOUZA insurge-se através dos presentes Embargos Infringentes contra o acórdão proferido pela 2ª Câmara Criminal na apelação nº 0019660-15.2012.8.17.0000 (249767-2), que decidiu, por maioria de votos, negar provimento ao recurso, mantendo a sentença condenatória em todos os seus termos.

Sustenta o embargante que deve prevalecer o voto vencido do desembargador revisor da apelação, que reconheceu o cabimento da minorante prevista no art. 33, §4º, da Lei 11.343/06, reduzindo a reprimenda em 1/6.

O Desembargador Relator da apelação, Mauro Alencar de Barros, votou pelo improvimento do apelo, entendendo que o acusado não faz jus à benesse supracitada.

O Desembargador Revisor da apelação, Antônio Carlos Alves da Silva, votou pela aplicação da minorante referida, reduzindo a reprimenda em 1/3 e alcançando a pena definitiva de 04 anos e 02 meses de reclusão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

O Desembargador Relator dos presentes embargos, Fausto Campos, votou pela aplicação da minorante mencionada, contudo, entendeu que a fração aplicável ao caso concreto é de 1/2.

O Desembargador Revisor dos presentes embargos, Cláudio Jean, votou concordando com o Des. Fausto Campos.

Após o voto referido, pedi vista dos autos para melhor análise do feito.

Examino:

Na hipótese dos autos, constato que o relator da apelação não reconheceu a *benesse* almejada pela defesa em virtude de constar da sentença condenatória que o agente responde a outro processo criminal, tombado sob o nº 506-40.2010.8.17. 1080.

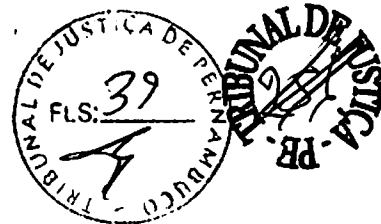
Contudo, ficou esclarecido que no processo em apreço o agente figura como vítima e não como acusado.

Portanto, sendo o embargante primário, detentor de bons antecedentes e não tendo ficado provado que o mesmo se dedica à atividade criminosa ou integra organização criminosa, entendo que ele efetivamente atende aos requisitos para concessão da *benesse* prevista no art. 33, 4º, da Lei 11.343/06.

A minorante deve, portanto, incidir no caso concreto.

Contudo, no que se refere ao *quantum* da redução, entendo que a fração adotada pelo Des. Fausto Campos, que foi de 1/2 (metade), não pode ser aplicada. Explico:

Os embargos Infringentes possuem efeito devolutivo restrito aos limites da matéria divergente. Isto é, o parâmetro de discussão nos embargos infringentes deve se limitar a extensão do voto vencedor e vencido. Não é cabível colocar o réu em situação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

mais gravosa que a estabelecida pelo voto vencedor e, nem mesmo, beneficiar o agente além do previsto no voto vencido.

Esse é o entendimento doutrinário e jurisprudencial acerca da matéria.

José Carlos Barbosa Moreira, no obra Comentários ao Código de Processo Civil, leciona: *"Como o recurso não é cabível fora dos lindes de divergência ocorrida, segue-se que a extensão máxima da devolução se apura pela diferença entre o decidido no acórdão e a solução que preconizava o voto vencido"*.

Por oportuno, colho julgado do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS INFRINGENTES. RELATÓRIO E FUNDAMENTAÇÃO QUE APENAS FAZEM ALUSÃO AO ACÓRDÃO DE APELAÇÃO. OFENSA AOS ARTS. 165 E 458, II, DO CPC.

1. O art. 512 do CPC estabelece que "o julgamento proferido pelo tribunal substituirá a sentença ou a decisão recorrida no que tiver sido objeto de recurso". Por isso não pode o relator, ao apreciar os embargos infringentes, apenas fazer referência aos fundamentos lançados na apelação, notadamente se esta foi provida e a sentença totalmente reformada, desprezando, por completo, as razões recursais expendidas nos embargos infringentes e as considerações acerca do voto divergente.

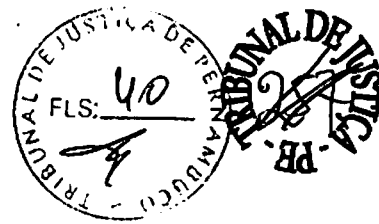
2. Os recursos de apelação e de embargos infringentes ostentam faixas de devolutividade diversas. Enquanto o primeiro possui efeito devolutivo amplo, o segundo está adstrito aos limites do voto vencido, balizado sempre pela impugnação realizada pelo embargante, o que inviabiliza a mera alusão aos fundamentos do voto vencedor, proferido na apelação.

3. Nestes termos, é nulo o acórdão dos embargos infringentes, por ausência de fundamentação, quando apenas se reporta às razões do acórdão proferido na apelação.

4. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 685.384/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 01/10/2009, DJe 26/10/2009)

A regra também incide na esfera criminal:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Veja-se o que preconiza o art. 609, parágrafo único, do CPP:

Art. 609. Os recursos, apelações e embargos serão julgados pelos Tribunais de Justiça, câmaras ou turmas criminais, de acordo com a competência estabelecida nas leis de organização judiciária. (Redação dada pela Lei nº 1.720-B, de 3.11.1952)

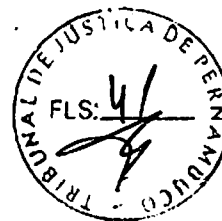
Parágrafo único. Quando não for unânime a decisão de segunda instância, desfavorável ao réu, admitem-se embargos infringentes e de nulidade, que poderão ser opostos dentro de 10 (dez) dias, a contar da publicação de acórdão, na forma do art. 613. Se o desacordo for parcial, **os embargos serão restritos à matéria objeto de divergência.** (Incluído pela Lei nº 1.720-B, de 3.11.1952)

Acerca do dispositivo legal acima, leciona Julio Fabbrini Mirabete in Código de Processo Penal Comentado: ***"Julgando os embargos, o Tribunal pode ficar com os votos vencedores ou com os vencidos ou adotar uma terceira solução, intermediária. Evidentemente, não há possibilidade de se decidir por uma solução qualitativamente superior à divergência, extravasar os limites dos embargos"***.

Só há uma hipótese em que essa regra pode ser violada: quando a matéria for de ordem pública. Não é o caso presente.

Questões relativas à dosimetria da pena podem ser revistas, de ofício, em sede de apelação, por este segundo grau de jurisdição, em virtude da devolutividade ampla inerente ao apelo. Mas não se trata de matéria de ordem pública, que autorize a extrapolação dos limites próprios dos embargos infringentes, ainda que para beneficiar o réu.

Em sendo assim, entendo que a fração que deve incidir no caso concreto por força da minorante prevista no art. 33, 4º da Lei 11.343/06 é a prevista no voto vencido e almejada pelo embargante, qual seja, 1/6.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Incidindo a fração de 1/6 sobre a pena fixada, que foi de 05 anos e 01 mês de reclusão, encontro **04 anos, 02 meses e 25 dias de reclusão**, a qual converto em definitiva.

Nesse particular, faço duas ponderações.

A primeira é que o no voto vencido foi aplicada a fração de 1/6, mas encontrada, por equívoco, a pena de 04 não e 02 meses de reclusão.

A segunda é que, fixada a reprimenda definitiva em **04 anos, 02 meses e 25 dias de reclusão**, não há que se falar em cumprimento integral da pena, como fez o Des. Fausto Campos.

Isso posto, **dou provimento** aos presentes embargos para fazer valer o **voto vencido** proferido na apelação criminal e, por consequência, REDIMENSIONAR a pena definitiva do embargante de 05 anos e 01 mês de reclusão para **04 anos, 02 meses e 25 dias de reclusão**.

Recife, 3 de abril de 2014.


Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Desembargador